8ª ATA EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 2021 DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESTERRO DO MELO/MG – PROCESSO DE JULGAMENTO DAS CONTAS DOS EXERCÍCIOS DE 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 E 2008.

Aos 02 (dois) dias do mês de junho do ano de 2021 às 19h:30min. (dezenove horas e trinta minutos), na sede do Poder Legislativo de Desterro do Melo, com endereço na Praça Carlos Jayme nº 22, Centro, Desterro do Melo/MG, reuniram-se os vereadores que integram o Poder Legislativo Municipal de Desterro do Melo/MG, para 8ª Reunião Extraordinária, realizada na sede da Câmara Municipal, com transmissão em tempo real através dos perfis da Câmara Municipal de Desterro do Melo nas redes sociais Facebook e Instagram, conforme prescreve a Resolução nº 01/2021 que “Regulamenta a transmissão ao vivo via internet e gravação permanente em áudio e vídeo das sessões ordinárias, extraordinárias, especiais, solenes, e audiências públicas da Câmara Municipal de Desterro do Melo”, convocada para 1ª Sessão de Julgamento das Contas prestadas pelo Município de Desterro do Melo, as quais relativas aos Exercícios de 2002 a 2008, sob responsabilidade do Sr. Ruy Barbosa Fernandes, decorrentes do Processo Judicial 5001078-35.2020.8.13.0056. Iniciando os trabalhos o Presidente determinou a leitura do Ofício nº 03/2021 que foi encaminhado ao Ministério Público subscrito pelos vereadores Jerônimo, Cicero, Luiz Júnior e Luiz Henrique, que solicitava o cancelamento desta reunião e que os julgamentos das contas fossem realizados de forma individual para cada Exercício, ou que fossem subdivididos em blocos. Em seguida determinou a leitura da decisão proferida pelo Ministério Público nos autos da Notícia de Fato nº MPMG-0056.21.000525-4, registrada para abrigar os fatos descritos no Ofício nº 04/2021, que indeferiu a solicitação realizada pelo vereador Jerônimo, mantendo a decisão do Presidente com base no Princípio da discricionariedade. Deste modo, o Presidente informou que daria continuidade ao Julgamento, mantendo a convocação para a reunião, ressaltando que fariam tudo dentro da legalidade, que iniciariam o julgamento e caso fosse necessário suspenderia a reunião e convocaria quantas vezes fossem necessárias para prosseguirem com o julgamento, frisando que seria uma reunião única, mas que todas as contas seriam julgadas individualmente. Deste modo, passou-se ao Julgamento referente aos Exercícios de 2002 a 2008. Em cumprimento aos termos do acórdão decorrente do recurso inominado cível nº 5001078-35.2020.8.13.0056, em que a turma recursal do juizado especial da comarca de Barbacena deu provimento ao recurso do ex-Prefeito Ruy Barbosa Fernandes, com efeitos “ex tunc”, para nulidade das sessões de julgamento das contas relativas aos mandatos compreendidos no

período de 2002 a 2008, como também dos Decretos Legislativos de n.ºs. 005/2009, 001/2013, 002/2013, 006/2014, 001/2012, 003/2014, 003/2011, que as promulgaram, e, via de consequência, determinou que as contas do recorrente fossem submetidas a novo julgamento perante a Câmara Municipal de Desterro do Melo. No início dos trabalhos, o Presidente determinou a Primeira Secretária que procedesse à chamada nominal dos vereadores (as) constatando-se a presença dos integrantes da Câmara Municipal, a saber: Alípio Ferreira de Lima Filho, Cícero Sebastião dos Reis Silva, Cleusa Barbosa Véspoli, Cristiane Pinheiro Luna, Jerônimo Francisco de Melo, Luiz Henrique de Castro, Luiz Júnior Antunes Coelho e Paulo Ângelo Lopes da Silva. Havendo quórum regimental, o Presidente declarou aberta a 1ª Sessão de Discussão e Julgamento referentes aos Exercícios de 2002 a 2008. Em seguida registrou a presença do prestador das contas em julgamento Sr. Ruy Barbosa Fernandes, informando aos senhores vereadores e vereadoras que o mesmo foi regularmente intimado para acompanhar a presente sessão de julgamento, inclusive que lhe foi facultado sustentação oral em Plenário, exercendo seu amplo direito de defesa. Na sequência, o Sr. Presidente, determinou a leitura da decisão judicial transitada em julgado nos autos de n.º 5001078-35.2020.8.13.0056 que anulou os julgamentos referentes aos Exercícios de 2002 a 2008. Prosseguindo informou que iniciariam os trabalhos com a leitura das peças principais de cada processo, a saber:

- Exercício de 2002, destacando-se a Intimação n.º 8624/2009 da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais que encaminha o parecer prévio emitido pelo Egrégio Tribunal de Contas; Processo n.º 680.583 da Prefeitura Municipal de Desterro do Melo, Exercício de 2002.
- Exercício de 2003, destacando-se a Intimação n.º 1930/2013 da 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais que encaminha o parecer prévio emitido pelo Egrégio Tribunal de Contas; Parecer Prévio sobre Prestação de Contas; Processo n.º 686.298, da Prefeitura Municipal de Desterro do Melo, Exercício de 2003.
- Exercício de 2004, destacando-se a Intimação n.º 6.877/2013 da 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais que encaminha o parecer prévio emitido pelo Egrégio Tribunal de Contas; Parecer Prévio sobre Prestação de Contas; Processo n.º 695.643, da Prefeitura Municipal de Desterro do Melo, Exercício de 2004.
- Exercício de 2005, destacando-se a Intimação n.º 16091/2014 da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais que

encaminha o parecer prévio emitido pelo Egrégio Tribunal de Contas; Parecer Prévio sobre Prestação de Contas; Processo nº 710.167, da Prefeitura Municipal de Desterro do Melo, Exercício de 2005.

- Exercício de 2006, destacando-se a Intimação nº 65.389/2011 da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais que encaminha o parecer prévio emitido pelo Egrégio Tribunal de Contas; Parecer Prévio sobre Prestação de Contas; Processo nº 729.630, da Prefeitura Municipal de Desterro do Melo, Exercício de 2006.
- Exercício de 2007, destacando-se a Intimação nº 25407/2010 da 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais que encaminha o parecer prévio emitido pelo Egrégio Tribunal de Contas; Parecer Prévio sobre Prestação de Contas; Processo nº 781.456, da Prefeitura Municipal de Desterro do Melo, Exercício de 2007.
- Exercício de 2008, destacando-se a Intimação nº 25407/2010 da 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais que encaminha o parecer prévio emitido pelo Egrégio Tribunal de Contas; Parecer Prévio sobre Prestação de Contas; Processo nº 781.456, da Prefeitura Municipal de Desterro do Melo, Exercício de 2008.

Concluída a leitura de todos os Processos o Sr. Presidente informou que o Prestador das Contas Sr. Ruy Barbosa Fernandes, optou por fazer sua sustentação oral de forma única, englobando todos os exercícios em julgamento, quais sejam de 2002 a 2008, conforme estabelecido e acordado nesta reunião. Deste modo, foi concedida a palavra ao prestador da Contas em análise, Sr. Ruy Barbosa Fernandes que apresentou sua defesa oral, narrando os fatos ocorridos em cada exercício, respondendo às perguntas de cada vereador pertinentes ao processo, sendo ao final inquirido pelo Presidente se havia exercido seu amplo direito de defesa, manifestando que sim. Em seguida passou-se a análise das contas com a primeira discussão do Exercício de 2002, onde o Presidente consultou aos vereadores, facultando-lhes a manifestação referente ao processo, sendo concedida a palavra por diversas vezes a todos vereadores, sem definição de prazo para o uso da palavra. E devido ao avançar da hora o Presidente colocou em votação a suspensão da reunião às 23hs55min, que foi aprovada por unanimidade, e convocou todo Plenário para a continuidade da sessão a realizar-se no dia 07 de junho às 18:00hs.

Aos 07 (sete) dias do mês de junho de 2021, às 18:00 horas deu-se continuidade a 8ª Reunião Extraordinária convocada para Julgamento das Contas referentes aos Exercícios de 2002 a 2008. O Presidente retomou os

trabalhos pela análise do Exercício de 2002, determinando a leitura do Parecer emitido pela Comissão de Orçamento, Tomada e Prestação de Contas e Projeto de Resolução nº 03/2021 que “Aprova as Contas do Poder Executivo referente ao Exercício de 2002 e contém outras providências, rejeitando-se o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais”. O Presidente promoveu a livre discussão e manifestação aos vereadores, sendo concedida a palavra por diversas vezes a todos, sem definição de prazo para o uso da palavra. Após as manifestações de cada vereador passou-se à primeira votação do Projeto de Resolução nº 03/2021, que nominalmente votaram, pela aprovação do Projeto de Resolução os vereadores Alípio Ferreira, Cleusa Barbosa, Fábio Júnior, Cristiane Pinheiro e Paulo Ângelo e pela rejeição os vereadores Cícero Sebastião, Jerônimo Francisco, Luiz Henrique e Luiz Júnior. Deste modo, o Presidente proclamou o resultado da votação do Projeto de Resolução nº 03/2021, que foram 05 (cinco) votos pela aprovação e 04 (quatro) votos pela rejeição, considerando que a aprovação do Projeto de Resolução não atingiu quórum suficiente de 2/3, foi mantido o parecer do Tribunal de Contas pela APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2002 COM RESSALVAS. E devido ao avançar da hora o Presidente colocou em votação a suspensão da reunião, que foi aprovada por unanimidade, e convocou todo Plenário para a continuidade da sessão a realizar-se no dia 08 de junho às 18:00hs.

Aos 08 (oito) dias do mês de junho de 2021, às 18:00 horas deu-se continuidade a 8ª Reunião Extraordinária convocada para Julgamento das Contas referentes aos Exercício de 2002 a 2008. Iniciando os trabalhos com a análise do Exercício de 2003, o Presidente determinando a leitura do Parecer emitido pela Comissão de Orçamento, Tomada e Prestação de Contas e Projeto de Resolução nº 04/2021 que “Aprova as Contas do Poder Executivo referente ao Exercício de 2003 e contém outras providências, rejeitando-se o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais”. Na sequência o Presidente consultou aos vereadores, facultando-lhes a manifestação referente ao processo, sendo concedida a palavra por diversas vezes a todos os vereadores, sem definição de prazo para o uso da palavra. Após as manifestações passou-se à primeira votação do Projeto de Resolução nº 04/2021, que nominalmente votaram, pela aprovação do Projeto de Resolução os vereadores Alípio Ferreira, Cleusa Barbosa, Fábio Júnior, Cristiane Pinheiro e Paulo Ângelo e pela rejeição os vereadores Cícero Sebastião, Jerônimo Francisco, Luiz Henrique e Luiz Júnior. Deste modo, o Presidente proclamou o resultado da votação do Projeto de Resolução nº 04/2021, que foram 05 (cinco) votos pela aprovação e 04 (quatro) votos pela rejeição, considerando que a aprovação do Projeto de Resolução não atingiu quórum suficiente de 2/3, foi mantido o parecer do Tribunal de Contas pela REJEIÇÃO CONTAS DE 2003. E devido ao avançar da hora o Presidente colocou em

votação a suspensão da reunião, que foi aprovada por unanimidade, e convocou todo Plenário para a continuidade da sessão a realizar-se no dia 14 de junho às 18:00hs.

Aos 14 (quatorze) dias do mês de junho de 2021, às 18:00 horas deu-se continuidade a 8ª Reunião Extraordinária convocada para Julgamento das Contas referentes aos Exercício de 2002 a 2008. Iniciando os trabalhos com a análise do Exercício de 2004, determinando a leitura do Parecer emitido pela Comissão de Orçamento, Tomada e Prestação de Contas e Projeto de Resolução nº 05/2021 que “Aprova as Contas do Poder Executivo referente ao Exercício de 2004 e contém outras providências, rejeitando-se o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Na sequência o Presidente consultou aos vereadores, facultando-lhes a manifestação referente ao processo, sendo concedida a palavra por diversas vezes a todos vereadores, sem definição de prazo para o uso da palavra. Após as manifestações passou-se à primeira votação do Projeto de Resolução nº 05/2021, que nominalmente votaram, pela aprovação do Projeto de Resolução os vereadores Alípio Ferreira, Cleusa Barbosa, Fabio Junior, Cristiane Pinheiro e Paulo Ângelo e pela rejeição os vereadores Cícero Sebastião, Jerônimo Francisco, Luiz Henrique e Luiz Júnior. Deste modo, o Presidente proclamou o resultado da votação do Projeto de Resolução nº 05/2021, que foram 05 (cinco) votos pela aprovação e 04 (quatro) votos pela rejeição, considerando que a aprovação do Projeto de Resolução não atingiu quórum suficiente de 2/3, foi mantido o parecer do Tribunal de Contas pela REJEIÇÃO CONTAS DE 2004. Dando continuidade passou-se a análise do Exercício de 2005 determinando a leitura do Parecer emitido pela Comissão de Orçamento, Tomada e Prestação de Contas e Projeto de Resolução nº 06/2021 que “Aprova as Contas do Poder Executivo referente ao Exercício de 2005 e contém outras providências, rejeitando-se o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais”. Na sequência o Presidente consultou aos vereadores, facultando-lhes a manifestação referente ao processo, sendo concedida a palavra por diversas vezes a todos vereadores, sem definição de prazo para o uso da palavra. Após as manifestações passou-se à primeira votação do Projeto de Resolução nº 06/2021, que nominalmente votaram, pela aprovação do Projeto de Resolução os vereadores Alípio Ferreira, Cleusa Barbosa, Fabio Junior, Cristiane Pinheiro e Paulo Ângelo e pela rejeição os vereadores Cícero Sebastião, Jerônimo Francisco, Luiz Henrique e Luiz Júnior. Deste modo, o Presidente proclamou o resultado da votação do Projeto de Resolução nº 06/2021, que foram 05 (cinco) votos pela aprovação e 04 (quatro) votos pela rejeição, considerando que a aprovação do Projeto de Resolução não atingiu quórum suficiente de 2/3, foi mantido o parecer do Tribunal de Contas pela REJEIÇÃO CONTAS DE 2005. Em ato contínuo passou-se a análise do Exercício de 2006 determinando a leitura do Parecer emitido pela Comissão de Orçamento,

Tomada e Prestação de Contas e Projeto de Resolução nº 07/2021 que “Aprova as Contas do Poder Executivo referente ao Exercício de 2006 e contém outras providências, rejeitando-se o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais”. Na sequência o Presidente consultou aos vereadores, facultando-lhes a manifestação referente ao processo, sendo concedida a palavra por diversas vezes a todos vereadores, sem definição de prazo para o uso da palavra. Após as manifestações passou-se à primeira votação do Projeto de Resolução nº 07/2021, que nominalmente votaram, pela aprovação do Projeto de Resolução os vereadores Alípio Ferreira, Cleusa Barbosa, Fabio Junior, Cristiane Pinheiro e Paulo Ângelo e pela rejeição os vereadores Cícero Sebastião, Jerônimo Francisco, Luiz Henrique e Luiz Júnior. Deste modo, o Presidente proclamou o resultado da votação do Projeto de Resolução nº 07/2021, que foram 05 (cinco) votos pela aprovação e 04 (quatro) votos pela rejeição, considerando que a aprovação do Projeto de Resolução não atingiu quórum suficiente de 2/3, foi mantido o parecer do Tribunal de Contas pela REJEIÇÃO CONTAS DE 2006. Em seguida o Presidente vereador Fábio Júnior pediu vista dos Processos referentes aos exercícios do 2007 e 2008, e devido ao avançar da hora colocou em votação a suspensão da reunião, que foi aprovada por unanimidade, e convocou todo Plenário para a continuidade da sessão a realizar-se no dia 15 de junho às 18:00hs.

Aos 15 (quinze) dias do mês de junho de 2021, às 18:00 horas deu-se continuidade a 8ª Reunião Extraordinária convocada para Julgamento das Contas referentes aos Exercício de 2002 a 2008. Iniciando os trabalhos com a análise do Exercício de 2007. O Presidente vereador Fábio Júnior retomou os trabalhos explanando sobre o pedido de vista. Em seguida determinou a leitura do Parecer emitido pela Comissão de Orçamento, Tomada e Prestação de Contas e Projeto de Resolução nº 09/2021 que “Aprova as Contas do Poder Executivo referente ao Exercício de 2007 e contém outras providências, rejeitando-se o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais”. Na sequência o Presidente consultou aos vereadores, facultando-lhes a manifestação referente ao processo, sendo concedida a palavra por diversas vezes a todos vereadores, sem definição de prazo para o uso da palavra. Ao final o vereador Jerônimo solicitou vista do Processo, sugerindo que fosse reencaminhado ao Executivo o ofício referente a solicitação de informação sobre certidão positiva de débitos junto ao município de Desterro do Melo, que ao seu entendimento ainda não estava esclarecido. Sendo concedido o pedido de vista até a realização da próxima reunião. Dando continuidade o Presidente informou que passariam a análise do Exercício de 2008, determinando a leitura do Parecer emitido pela Comissão de Orçamento, Tomada e Prestação de Contas e Projeto de Resolução nº 08/2021 que “Aprova as Contas do Poder Executivo referente ao Exercício de 2008 e contém outras providências, rejeitando-se o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas

Gerais. Na sequência o Presidente consultou aos vereadores, facultando-lhes a manifestação referente ao processo, sendo concedida a palavra por diversas vezes a todos vereadores, sem definição de prazo para o uso da palavra. Após as manifestações passou-se à primeira votação do Projeto de Resolução nº 08/2021, que nominalmente votaram, pela aprovação do Projeto de Resolução os vereadores Alípio Ferreira, Cleusa Barbosa, Fabio Junior, Cristiane Pinheiro e Paulo Ângelo e pela rejeição os vereadores Cícero Sebastião, Jerônimo Francisco, Luiz Henrique e Luiz Júnior. Deste modo, o Presidente proclamou o resultado da votação do Projeto de Resolução nº 08/2021, que foram 05 (cinco) votos pela aprovação e 04 (quatro) votos pela rejeição, considerando que a aprovação do Projeto de Resolução não atingiu quórum suficiente de 2/3, foi mantido o parecer do Tribunal de Contas pela REJEIÇÃO CONTAS DE 2008. E devido ao avançar da hora colocou em votação a suspensão da reunião, que foi aprovada por unanimidade, e convocou todo Plenário para a continuidade da sessão a realizar-se no dia 21 de junho às 18:00hs.

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de junho deu-se continuidade a 8ª Reunião Extraordinária convocada para Julgamento das Contas referentes aos Exercício de 2002 a 2008. Iniciando os trabalhos com a análise do Exercício de 2007. O Presidente vereador Fábio determinou a leitura do Ofício nº 119/2021 recebido do Executivo Municipal em resposta a solicitação do Vereador Jerônimo Francisco de Melo. Em seguida o Presidente solicitou posicionamento do vereador Jerônimo referente ao pedido de vista, que destacou que agora através das informações deste ofício ficou claro que existe uma ação de execução relativa ao exercício de 2007 aguardando julgamento. Deste modo, foi concedida a palavra livre a todos os vereadores por tempo indeterminado. Após as manifestações passou-se à primeira votação do Projeto de Resolução nº 09/2021, que nominalmente votaram por unanimidade, pela rejeição do Projeto de Resolução, ficando mantido o parecer do Tribunal de Contas pela REJEIÇÃO CONTAS DE 2007.

Concluída a apuração e proclamação do resultado da 1ª Votação o Sr. Presidente agradeceu a todos, destacando que foram quase 20 horas de julgamento, frisando que mostraram todo o serviço realizado a população, que os debates foram válidos e transparentes, agradecendo a todos pelo empenho e dedicação. Deste modo convocou todos os presentes inclusive o Prestador das Contas Sr. Ruy Barbosa Fernandes para Segunda Sessão do Julgamento de Contas, com base no artigo 157 do Regimento Interno, a realizar-se no dia 28 de junho de 2021 às 18:00 hs. Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos desta sessão de Julgamento, para o que lavrou-se a presente ata que após, foi lida e logo em seguida discutida e votada pelos Vereadores presentes, resultando aprovada por unanimidade. Encerrou-se.

FÁBIO JÚNIOR DOS SANTOS
PRESIDENTE

ALÍPIO FERREIRA DE LIMA FILHO
VICE-PRESIDENTE

CRISTIANE PINHEIRO LUNA
1º SECRETÁRIA

PAULO ÂNGELO LOPES DA SILVA
2º SECRETÁRIO

CLEUSA BARBOSA VÉSPOLI
VEREADOR

CÍCERO SEBASTIÃO DOS REIS SILVA
VEREADOR

JERÔNIMO FRANCISCO DE MELO
VEREADOR

LUIZ HENRIQUE DE CASTRO
VEREADOR

LUIZ JUNIOR ANTUNES COELHO
VEREADOR